

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE COMPRAS 007/2021
PREGÃO ELETRÔNICO nº 002/2021

O **CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 9ª REGIÃO BAHIA – CRECI/BA**, entidade fiscalizadora do exercício profissional, com sede à Avenida Dom João VI, 289, Brotas, Salvador, Bahia, e esta Pregoeira, designado pela Portaria CRECI nº. 012, de 23 de junho de 2020, tornam público, na forma da Lei nº. 10.520/2002, do Decreto nº. 10.024/2019, da Lei Complementar nº. 123/2006, Do Decreto 8.538/2015, e subsidiariamente, da Lei nº. 8.666/1993, pelas normas regulamentadoras expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, a abertura de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de tipo **MENOR PREÇO**, mediante as condições estabelecidas no **Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA**, observadas as condições gerais e especiais deste edital.

Data da sessão: 23 / março / 2021

Horário: 10h00min

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras>

Código UASG: 926356

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro de automóveis, através de emissão de apólice de **SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO**, com assistência técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana em todo o território Nacional, devidamente registrada nos órgãos fiscalizadores, contra roubo, furto e incêndio, na modalidade **frota de veículos oficiais pertencentes ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis 9ª Região/BA**, cujo fornecimento deve ser conforme descrito no ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA, parte integrante deste Edital.

1.2. As especificações detalhadas do objeto são as constantes do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, parte integrante deste Edital

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as descritas no edital.

2. DA DESPESA

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do CRECI/BA para o exercício de 2021, na classificação da conta de: “Seguro de Bens Móveis – Rubrica nº 6.3.1.3.041.01.023”.

2.2. O valor estimado pelo CRECI/BA é de R\$ 15.178,05 (quinze mil cento e setenta e oito reais e cinco centavos) e é o limite máximo aceitável por esta Administração para contratação, sob pena de desclassificação, conforme dispõem o art. 40, inciso X, da Lei 8.666/93.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras>, por meio de certificado digital conferido pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

4.2.8.1 É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) De autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49

4.5.1.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.;

4.5.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8 Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 Valor mensal e anual do item;

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento de planilha de COBERTURAS E VALOR ESTIMADO – ANEXO V, deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar à pregoeira ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6.10.2 O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (R\$) e será considerado completo, abrangendo todos os tributos, encargos e ônus de qualquer natureza incidentes sobre o objeto licitado

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeira e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 2,00(dois reais).

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo

7.13 Poderá a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação

7.14 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela pregoeira, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

7.14.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema

7.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24 Caso a micro empresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

Trabalho e Fiscalização Segurança para Sociedade

7.26.1.1 Prestados por empresas brasileiras;

7.26.1.2 Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.1.3 Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1 A negociação é obrigatória e será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2 A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de no mínimo 1 (uma) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29 Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1 Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 01(uma)h., contado da solicitação da pregoeira, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pela Pregoeira no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4 A inexecutabilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.5.1 Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

Trabalho e Fiscalização Segurança para Sociedade

8.5.2 Contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.5.3 Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.5.4 Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n. 1455/2018- TCU-Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.5.4.1 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.5.4.1.1 For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5.4.1.2 Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.9 A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1 O prazo poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante e formalmente aceita pela Pregoeira, formulada antes de findo o prazo.

8.9.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.10 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.11 A Pregoeira analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Pregoeira, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.12.1 Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

8.12.2 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;

8.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15 Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.16 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.17 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 SICAF;

9.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

9.1.4 Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela Pregoeira lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de no mínimo 2(duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 Em se tratando de Micro empreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Micro empreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.10.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.3 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 01 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

9.10.4 As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 05% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.11.1 Comprovação através de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, em nome da empresa licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, e que comprove que a empresa executou, diretamente, serviços compatíveis com aqueles exigidos por este Termo de Referência, bem como, expressa declaração de boa qualidade dos produtos oferecidos e serviços/produtos prestados.

9.11.2 O(s) atestado(s) deve(m), obrigatoriamente, ser emitido(s) por cliente final, e conter o nome completo, endereço e o telefone fixo de contato do(s) atestador(es), “e-mail” ou qualquer outro meio com o qual o CRECI/BA possa valer-se para manter contato, se necessário.

9.11.3 O CRECI/BA se reserva o direito de verificar “in loco” a qualidade dos serviços/produtos de que trata(m) o(s) atestado(s) referido(s) na alínea 9.11.1;

9.11.4 Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas no §§ 1º e 3º do art. 30 da Lei de Licitações.

9.11.5 O(s) atestado(s) mencionado(s) deves(em) conter elementos suficientes que permitam a análise por parte do setor técnico do CRECI/BA, e neles deverão constar no mínimo as informações quantitativas equivalentes ou superior aos quantitativos existente na RELAÇÃO DE VEÍCULOS – ANEXO IV deste edital.

9.12 O licitante enquadrado como micro empreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classifi-

cação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de no mínimo 01 (uma) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor,

10.1.3 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, e no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão os mais vantajosos para o órgão.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. A Pregoeira declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO CONTRATO

15.1 Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ou instrumento equivalente, nos termos da proposta aceita (ANEXO V).

15.2 São condições para a assinatura do contrato:

a) O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato, bem como durante sua execução;

b) Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato ou recuse-se a assiná-lo, ou não atenda às exigências do ANEXO I, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato na forma da lei

15.3 Poderá ser concedido, a critério do pregoeiro, o prazo máximo de 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS para apresentação das condições dispostas no item 13.2, contado da solicitação do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

15.4 O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o contrato, dentro do prazo máximo de 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a contar do recebimento da comunicação, através de correio eletrônico.

15.5 Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para o início da prestação do serviço/ fornecimento do produto, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

15.6 Caso o vencedor da licitação não faça a comprovação da documentação prevista, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, poderá ser convocado outro licitante, para, após a reabertura da sessão pública, conforme

as regras previstas no presente edital, e o atendimento das demais exigências deste Edital, assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais

15.7 No caso de o licitante vencedor, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar o contrato, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada à ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o contrato;

15.8 O Contrato será lavrado na forma da minuta anexa deste Edital no ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

15.9 FARÃO PARTE DO CONTRATO, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, TODAS AS CONDIÇÕES CONSTANTES DO PRESENTE EDITAL, SEUS ANEXOS E A PROPOSTA COMERCIAL READEQUADA APRESENTADA PELA LICITANTE;

15.10 Em casos de divergência nas exigências deste Edital e as contidas no Contrato, prevalecerão o definido neste Edital;

15.11 O atendimento ao objeto desta LICITAÇÃO deverá ser rigorosamente dentro das especificações estabelecidas na proposta vencedora e no respectivo contrato. A não observância dessa condição poderá implicar na não aceitação do serviço/produto, sem que caiba ao contratado inadimplente qualquer tipo de direito ou reclamação, não se responsabilizando o CRECI/BA por qualquer indenização.

15.12 A CONTRATADA deverá entregar os produtos e executar os serviços segundo especificações, prazos e condições estabelecidas no ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA, do edital.

15.13 Em caso de discordância existente entre as cláusulas do contrato e as cláusulas do Termo de Referência, ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA, do edital, prevalecerão as descritas no contrato.

16. DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, a este Edital.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, a este Edital.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2 Apresentar documentação falsa;

20.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5 Não mantiver a proposta;

20.1.6 Cometer fraude fiscal;

20.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;

20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.3.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.3.2 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

20.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.3.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabili-

tação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a administração poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail compras@creciba.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da sede do Regional, até às 16h.

21.3. Caberá à Pregoeira, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

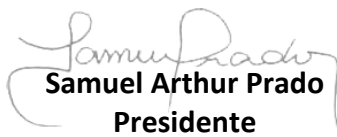
22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.gov.br/compras e/ou no portal transparência do www.creciba.gov.br, bem como poderá ser lido e/ou obtido no endereço da sede do Regional nos dias úteis, no horário das 09h00min às 17h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- ANEXO II - DECLARAÇÃO DE VISTORIA;
- ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;
- ANEXO IV - RELAÇÃO DOS VEÍCULOS;
- ANEXO V - VALOR DE COBERTURA E VALOR ESTIMADO;

Salvador, 09 de março de 2021.



Samuel Arthur Prado
Presidente

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro de automóveis, através de emissão de apólice de **SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO**, com assistência técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana em todo o território Nacional, devidamente registrada nos órgãos fiscalizadores, contra roubo, furto e incêndio, na modalidade **frota de veículos oficiais pertencentes ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis 9ª Região/BA**, cujo fornecimento deve ser conforme descrito neste TERMO DE REFERENCIA, parte integrante deste Edital.

1.2. Os veículos estão especificados conforme **ANEXO IV – RELAÇÃO DE VEÍCULOS** a este Termo de Referência. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto aqui descritas, das especificações constantes no Edital e ainda no Comprasnet, prevalecerão as descritas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se a presente contratação visando proporcionar maior segurança e tranquilidade ao Conselho, possibilitando a proteção ao patrimônio e facilitando a recuperação dos veículos, caso seja necessário o ressarcimento de possíveis danos que possam surgir em caso de envolvimento dos veículos em colisões e sinistros nas atividades cotidianas, bem como, ser de responsabilidade do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 9ª Região – CRECI/BA fornecer segurança e proteção ao patrimônio e usuários em eventuais danos.

3. CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS

3.1. A contratação a ser adquirida enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 10.520, de 2002.

4. DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND MEDIDA	QTD.	VALOR ESTIMADO UNIT. (R\$)	VALOR ESTIMADO TOTAL (R\$)
01	RENAULT SANDERO AUTENTIQUE 1.0 12 VHC FLEX. Ano/Modelo: 2017/2018, Ar Cond. e Trava Elét., Dir. Hid., 4 Portas, Flex, c/ rastreador instalado.	UND	08	1.686,45	13.491,60

02	GM NOVO CRUZE SEDAN LT 1.4 TURBO FLEX. Ano/Modelo: 2019/2019, Ar Cond., Vidro e Trava Elét., Dir. Elétrica, 4 Portas, Flex.	UND	01	1.686,45	1.686,45
VALOR TOTAL ESTIMADO DO SEGURO					15.178,05

4.1. DIAS E HORÁRIOS DA ENTREGA DAS APÓLICES NO CRECI/BA

4.1.1. A apólice deverá ser disponibilizada pela CONTRATADA, através de meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do comunicado de Conformidade para Recebimento Definitivo. Em casos excepcionais, as apólices poderão ser entregues impressas na sede do CRECI/BA em Salvador/BA, em dias úteis, no período das 09h às 17h. Devendo o dia e horário ser previamente combinados/agendados com o Setor de Compras através do nº (71) 3444-1484, que indicará um servidor responsável pelo recebimento, neste caso terá o prazo de 20 (vinte) dias.

4.1.2. O prazo de vigência da apólice será de no mínimo 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento pela contratada da nota de empenho ou documento de igual valor.

4.2. ESPECIFICAÇÕES E RECEBIMENTO

4.2.1. As apólices serão recebidas e analisadas por servidores designados, na Sede deste CRECI / BA, Av. Dom João VI, 289, Brotas, Salvador / BA, segunda a sexta-feira, no horário das 09h às 17h. O recebimento se dará na forma abaixo:

a) O objeto deste Edital será recebido **PROVISORIAMENTE**, para efeito de verificação da conformidade em relação às conformidades e especificações exigidas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de sua efetiva entrega;

b) Será o objeto deste Edital recebido em **DEFINITIVO** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da emissão do **RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, que comprovará o recebimento em relação à qualidade e perfeita execução dos serviços, bem como, em relação às especificações, conforme especificado neste Edital.

4.2.2. O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela qualidade, correção, solidez e segurança do objeto, nem ético profissional, pela perfeita execução do contrato.

4.2.3. Se após o recebimento provisório constatar que os serviços foram executados em desacordo com o especificado, será a CONTRATADA notificada a fazer a sua correção no prazo máximo de dez (10) dias sob pena de lhe serem aplicadas as penalidades cabíveis.

4.2.4. As APÓLICES DO SEGURO deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir da assinatura do contrato na Sede da CONTRATANTE, ou disponibilizar por meio de sistema eletrônico, conforme previsto no neste Termo.

4.2.5. A Empresa deverá realizar a ativação do SEGURO TOTAL POR VALOR DE MERCADO RE-

REFERENCIADO (CEM POR CENTO DA TABELA FIPE) ora contratado, no máximo, até à zero hora da data de assinatura do contrato.

4.3. DOS SINISTROS E DAS COBERTURAS DO SEGURO

4.3.1. A presente contratação tem por elemento a prestação de serviços de seguro total dos veículos, decorrente de prejuízos causados nos casos de colisão, abaloamento, capotagem, queda de precipícios e de pontes, queda acidental, sobre o veículo, de qualquer objeto ou substâncias que dele não faça parte integrante e não esteja nele afixado, granizo, furacão, terremoto, submersão total ou parcial, prestação de serviços de socorro ou salvamento em situação decorrente de um dos riscos cobertos.

4.3.2. Os veículos não utilizam garagem em tempo integral, já que serão utilizados para atividades fins do Conselho, só sendo conduzidos por motoristas credenciados, devidamente habilitados, o seguro deverá cobrir todos os riscos derivados da circulação do veículo segurado, indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo fabricante do automóvel, e as indenizações ou prestação de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme abaixo:

- a) Roubo ou furto total, bem como os danos causados pela tentativa de roubo ou furto;
- b) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, esteve em poder de terceiros;
- c) Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotamento e abaloamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;
- d) Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- e) Raios e suas consequências;
- f) Danos causados por ventos fortes, furacão, terremotos e demais eventos afins;
- g) Queda de precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre os veículos;
- h) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- i) Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da CONTRATANTE, dentro de suas dependências;
- j) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- k) Em casos de que trata o subitem acima, a SEGURADORA CONTRATADA deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica em perda de bônus para o segurado;
- l) Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto no Item 4.10.1. (b e d) deste instrumento;
- m) Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.
- n) Cobertura adicional com assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

Trabalho e Fiscalização Segurança para Sociedade

n.1) Chaveiro;

n.2) Guincho, reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE, dentro do território do Distrito Federal;

o) Danos causados ao veículo segurado, quando este for roubado ou furtado e vier a ser recuperado antes do pagamento da indenização pela SEGURADORA CONTRATADA;

p) Responsabilidade civil Facultativa (RCF – Danos Materiais e Pessoais);

q) Acidente pessoal por Passageiro (APP – Morte ou Invalidez);

r) Colisão, incêndio, roubo e furto

s) Danos Morais e Estéticos

4.4. DO LIMITE DE QUILOMETRAGEM:

4.4.1. A CONTRATADA deverá segurar os veículos descritos no Anexo - Relação de Veículos deste Termo, sem qualquer limite de quilometragem rodada.

4.5. DA VISOTRIA PREVIA FACULTATIVA:

4.5.1. As empresas interessadas em vistoriar os veículos a serem segurados, poderão após agendamento, de segunda a sexta-feira, sendo dia útil, no horário das 9h00m às 17h00m, comparecer nos respectivos locais onde os veículos se encontram estacionados, conforme tabela abaixo:

LOCAL	CONTATO	ITEM
4.5.1.1. Av. Dom João VI, 289, Brotas, Salvador / BA	(71) 3444-1484	Itens 03 a 09
4.5.1.2. Rua Prof. Fernando São Paulo, nº 70, Empresarial JB, loja 103 – Ponto Central, Feira de Santana / BA	(75) 3225-2200 (71) 98890-7431	Item 01
4.5.1.3. Praça Tancredo Neves, nº 86, Shopping Conquista Center, 1º piso, loja 17 – Centro, Vitória da Conquista /BA	(77) 3421-2288 (71) 98726-0803	Item 02

4.5.2. A vistoria dos veículos constantes na Relação de Veículos, anexo deste Termo de Referência, será acompanhada por servidor da CONTRATANTE, e deverá ser marcada previamente por meio dos telefones informados no subitem anterior com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

4.5.3. Em caso de agendamento para vistoria de que trata o subitem anterior, o prazo para o referido agendamento deverá ser de, no mínimo, 48hs antes da vistoria a ser realizada e só poderá acontecer até o último dia útil que antecede a data de início do certame, tendo em vista a natureza do objeto da presente contratação para comprovar as especificações dos veículos que servirão de base para a completa formulação das propostas de preço por parte dos licitantes. Após esse prazo, dar-se-á, por todos os concorrentes, o aceite das condições em que se

Trabalho e Fiscalização Segurança para Sociedade

encontram os referidos veículos.

4.5.4. As empresas licitantes deverão apresentar no ato da vistoria, declaração que vistoriou os veículos, devendo esta ser assinada e carimbada por pessoa responsável pelo acompanhamento, conforme modelo em Anexo - Declaração de Vistoria

4.5.5. O licitante arcará com o ônus de sua avaliação ao proceder com a vistoria, ou assumirá o risco de uma avaliação menos acurada, caso decida não realizá-la.

4.5.6. O fato de a SEGURADORA CONTRATADA interessada em participar do certame deixar de realizar a vistoria ora prevista, não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

4.6. DO AVISO DE SINISTRO:

4.6.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição do CONTRATANTE, central de comunicação de sinistro durante 24 horas por dia, ininterruptamente, durante o prazo de vigência do contrato.

4.6.2. A central de comunicação que trata o subitem imediatamente anterior poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade de qualquer parte do território nacional.

4.6.3. As informações para acesso a central de informações deverá se fazer constar no Manual do Usuário.

4.6.4. Após registro de sinistro, por um dos meios anteriormente elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

4.6.5. Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

4.7. REGULAÇÃO DE SINISTRO:

4.7.1. Ocorrendo sinistro, a SEGURADORA CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

4.7.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da SEGURADORA CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a SEGURADORA CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.

4.7.3. Na ocorrência de sinistro, a comunicação deverá ser realizada pela CONTRATANTE no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

4.7.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

4.7.5. Em caso de sinistros em que os veículos aceitem recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo da CONTRATANTE, não cabendo à CONTRATADA alegar quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

Trabalho e Fiscalização Segurança para Sociedade

4.7.6. Ocorrendo sinistro com veículos que estejam dentro do período de garantia, os serviços somente poderão ser realizados por concessionárias autorizadas da marca.

4.7.7. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro de que trata o **Item 4.6.** e seus subitens neste Termo de Referência.

4.7.8. Havendo descumprimento do prazo estabelecido no subitem anterior, a SEGURADORA CONTRATADA ficará sujeita a multa diária correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor da indenização até o limite de 20% (vinte por cento), além das demais penalidades previstas neste Termo de Referência.

4.8. DA APÓLICE:

4.8.1. A emissão deverá resultar em apólices individualizadas por veículo, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a CONTRATANTE.

4.8.2. Excepcionalmente, e desde que justificadamente, poderá a apólice de seguro ser entregue impressa na Sede do CRECI / BA, localizada conforme descrito no item 4.2.1.

4.8.3. Os cartões de identificação dos veículos deverão ser produzidos individualmente.

4.8.4. A apólice deverá conter, impreterivelmente, os seguintes indicativos:

- a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos meios de publicação;
- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado para cobertura – casco de, no mínimo, 100% (cem por cento);
- d) Prêmios discriminados por cobertura;
- e) Franquia aplicável, em consonância com o disposto no item 4.10. deste Termo;
- f) Limites de indenização por cobertura, conforme contratado;

4.8.5. Indicativo de valores sobre Responsabilidade Civil Facultativa (RCF), discriminando:

- a) Valor para indenização de danos materiais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- b) Valor para indenização de danos pessoais: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

4.8.6. Indicativo de valores sobre Acidente por Passageiro (APP), discriminando:

- a) Valor para indenização por morte por pessoa: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- b) Valor para indenização por invalidez por pessoa: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

4.8.7. A apólice deverá ser disponibilizada pela CONTRATADA, através de meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da emissão da Nota de Empenho ou documento de igual valor.

4.8.8. Após a disponibilização da referida apólice, o CONTRATANTE terá o prazo de 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

4.8.9. Admitindo-se a entrega na forma prevista no subitem 4.8.2 deste instrumento, o prazo máximo será de 20 (vinte) dias.

4.8.10. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a CONTRATADA disporá de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do pedido expresso pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis 9ª Região – Bahia – CRECI/BA.

4.8.11. O fato de a SEGURADORA CONTRATADA deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

4.8.12. A CONTRATADA deverá fornecer manual ou documento equivalente contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os veículos objeto deste Edital, em quantidades suficientes para cada veículo segurado.

4.9. DO ENDOSSO, DA INCLUSÃO, SUBSTITUIÇÃO E EXCLUSÃO:

4.9.1. DO ENDOSSO

4.9.1.1. Ocorrendo inclusão, substituição e exclusão de veículos, as alterações nas apólices poderão ser solicitadas pelo CRECI/BA e processadas pela SEGURADORA CONTRATADA, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes dos **Itens 4.9.2. e 4.9.3.** deste Termo.

4.9.1.2. Serão motivos de alteração das apólices, quando solicitado, mediante endosso, correções como: nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização dos veículos, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, que apresentarem durante o período da vigência da apólice.

4.9.1.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de formalização de pedido expresso pela CONTRATANTE.

4.9.2. DA INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO

4.9.2.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s) durante o período da vigência da apólice, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que originou a contratação.

4.9.2.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a SEGURADORA CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

4.9.2.3. Para procedimento da devolução, a CONTRATADA deverá requer via ofício a CONTRATANTE, informações sobre a forma de devolução, que deverá ser preferencialmente por depósito em conta bancária.

4.9.2.4. Após pagamento da devolução que trata o subitem anterior, deverá a CONTRATADA enviar guia de depósito ou de comprovante de pagamento, ao setor de Patrimônio e ao de Fi-

nanças da CONTRATANTE.

4.9.2.5. Caberá ao Setor de Licitações da CONTRATANTE, em qualquer caso, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor pesquisado no mercado por meio de cotação.

4.9.3. DA EXCLUSÃO

4.9.3.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo (s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à CONTRATANTE, mediante a fórmula:

FÓRMULAS

$$X \div 12 = Y$$

e

$$Y \times Z = VT$$

LEGENDA

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

4.9.3.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido

4.9.3.3. Considerando a data a partir da comunicação realizada pela CONTRATANTE à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

4.9.3.4. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.

4.9.3.5. A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante depósito bancário efetuado pela CONTRATADA em conta a ser indicada pela CONTRATANTE, por meio de seu Setor de Finanças, ou por outro meio de documento de arrecadação.

4.9.3.6. Em qualquer das modalidades que tenha ocorrido à devolução que trata o subitem anterior, deverá ser o comprovante enviado ao setor da CONTRATANTE ali indicado.

4.9.3.7. As alterações oriundas do endosso, da inclusão, da substituição e da exclusão limitar-se-ão, no máximo, a **25% do valor da apólice**.

4.10. DA FRANQUIA:

4.10.1. A franquia a ser considerada para a presente contratação deverá ser a **REDUZIDA**, devendo ser observado o seguinte:

a) Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices, e não excederá os limites máximos contratados;

- b)** Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como pára-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas, não poderá ser cumulativa com a franquia de que trata o subitem 4.10.1.;
- c)** A franquia de que trata este subitem deverá ser aplicada de forma unificada em caso de quebra simultânea, independentemente da quantidade de peças sinistradas, a exemplo: quebra simultânea de pára-brisa e farol, franquia única, quebra de pára-brisa, farol e lanterna, franquia única;
- d)** Em havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de pára-brisas, o valor da franquia para estes casos não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do valor da franquia que trata o subitem 4.10.1. alínea “b”;
- e)** Em caso de Sinistro com Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo CRECI/BA, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo;
- f)** Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista regular, o pagamento da franquia será efetuado diretamente à SEGURADORA CONTRATADA emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse ao prestador dos serviços;
- g)** Não se admitirá por parte do prestador dos serviços a retenção do veículo segurado em caso de não repasse ou pagamento a cargo da SEGURADORA CONTRATADA;
- h)** Em caso de ocorrência do previsto no subitem imediatamente anterior, fica a SEGURADORA CONTRATADA na responsabilidade de promover a liberação do veículo recuperado à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, do conhecimento do fato;
- i)** Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão;
- j)** Em caso de sinistro, onde o CRECI/BA, por seus colaboradores/condutores não tenha dado causa ao mesmo, e o agente externo que tenha ocasionado o dano seja o culpado, ficará a cargo da CONTRATADA, tomar todas as medidas necessárias ao ressarcimento das custas, sem comprometimento da recuperação dos veículos, em qualquer uma das condições previstas no Item 4.3., ou até mesmo em caso de indenização integral resultante do referido sinistro.
- k)** Deverá ainda ser imputado ao agente externo que tenha dado causa e seja culpado pelo sinistro envolvendo o veículo segurado, todas as responsabilidades cíveis e/ou criminais, e ainda o seguinte:
- k.1)** Se possuir seguro, esse agente deverá arcar com os serviços a serem executados e com a franquia, bem como com a cobertura a terceiros;
- k.2)** Se não possuir seguro, o mesmo, deverá arcar com a franquia e todas as demais despesas e obrigações relativas ao seu segurador;
- l)** Na ocorrência de qualquer das hipóteses identificadas nas alíneas “k.1.” e “k.2.”, ficará a cargo da CONTRATANTE tomar todas as medidas assecuratórias necessárias ao ressarcimento dos prejuízos e demais despesas, conforme estabelecido no Item 4.10. alínea “e” acima.

4.11. DA INDENIZAÇÃO:

4.11.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente por conta da SEGURADORA CONTRATADA.

4.11.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela SEGURADORA CONTRATADA ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa, serão de total responsabilidade da SEGURADORA CONTRATADA.

4.11.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pela CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

4.12. DA INDENIZAÇÃO INTEGRAL:

4.12.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% do valor referenciado.

4.12.2. Em caso de indenização integral, a SEGURADORA CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

4.12.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da SEGURADORA CONTRATADA.

4.13. DOS SALVADOS:

4.13.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da SEGURADORA CONTRATADA.

4.13.2. É de inteira responsabilidade da SEGURADORA CONTRATADA, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

4.14. DO QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DE RISCO:

4.14.1. Os veículos a serem segurados não são zero km, conforme ANEXO IV - RELAÇÃO DE VEÍCULOS, e estão à disposição para vistoria no endereço constante no Subitem 4.5.1.

4.14.2. Os veículos serão conduzidos exclusivamente por motoristas contratados ou por servidores devidamente habilitados do CRECI/BA, exercendo função neste Conselho, e terão idade superior a 18 anos.

4.14.3. Os veículos a serem segurados têm controle de uso, através de autorização de saída com registro de quilometragem por meio de controle do abastecimento, e definição do roteiro a ser percorrido.

4.14.4. Os veículos segurados circularão em todas as regiões do Estado da Bahia.

4.14.5. A trafegabilidade dos veículos compreende toda a malha rodoviária do estado, sendo na

maioria parte asfáltica, porém, podendo existir a excepcionalidade de estradas de terra e linhas vicinais.

4.14.6. Os veículos, individualmente monitorados por GPS, quando não estiverem em uso, e na parte noturna, permanecerão estacionados em garagem particular, em área cercada em segurança.

4.14.7. Poderão ainda permanecer em garagens de hotéis, quando estiverem em fiscalização em localidades que não tenham bases de apoio ou posto avançado da CONTRATANTE.

4.14.8. A previsão de quantidade da quilometragem a ser percorrida pelos veículos a serem segurados nesta contratação, é por volta de 1.000 km/mês.

4.14.9. Não poderá o fator quilometragem servir de parâmetro para obtenção do prêmio e franquia a ser proposto pelas licitantes.

4.15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO SEGURO:

4.15.1. Para efeitos jurídicos da contratação, será considerado como tal, o Contrato firmado entre as partes e a Apólice Individual de Seguro, referente aos veículos apresentados no ANEXO - Relação de Veículos, onde se caracterizará a prestação dos serviços, objeto contratado

4.15.2. O prazo do contrato de seguro será de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da zero hora da data de sua assinatura, com a emissão da Apólice retroagindo sua data a da assinatura do contrato, podendo o mesmo ser prorrogável por iguais e sucessíveis períodos, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

4.15.3. Em caso de renovação do contrato conforme previsto no subitem imediatamente anterior deverá ser observado o valor do bônus determinado para a classe contratada.

4.16. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

4.16.1. O cumprimento das obrigações constantes das apólices de seguro será acompanhado e fiscalizado, em todos os seus termos, pelo Fiscal designado e/ou em seu afastamento legal, pelo Gestor do Contrato, ou seu substituto, representando sempre os interesses da CONTRATANTE.

4.16.2. O fiscal do contrato anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, objeto deste Edital, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.

4.16.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

4.16.4. Além do acompanhamento e da fiscalização da execução dos serviços, o gestor/fiscal poderá, ainda, sustar qualquer serviço que, por ocasião de sinistro, esteja sendo executado em desacordo com a boa técnica, sempre que essa medida se tornar necessária.

4.17. DO PREPOSTO:

4.17.1. A SEGURADORA CONTRATADA deverá nomear preposto para, durante o período de vigência do contrato, representá-la na execução da apólice, devendo, num prazo máximo de 15

(quinze) dias a contar da retirada da nota de empenho, informar os dados completos do referido preposto ao Setor de Patrimônio ou de Compras e Licitações da CONTRATANTE.

4.18. DA SUBSTITUIÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO:

4.18.1. A associação da SEGURADORA CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicadas à CONTRATANTE para que esta delibere sobre a adjudicação do objeto ou manutenção da apólice, sendo essencial para tanto que a nova empresa comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas neste Termo de Referência, Anexos e assumam todas as condições de execução do objeto do presente.

4.19. DA ALTERAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

4.19.1. A contratação oriunda do presente Termo poderá ser alterada nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas que embasarão as pretensas alterações.

4.20. UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO:

4.20.1. Seguro total contratado por frota para 09 (nove) veículos conforme especificação e discriminação no ANEXO IV - RELAÇÃO DE VEÍCULOS, com emissão de apólice individualizada, com abrangência de cobertura em todo o território Nacional.

4.21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

4.21.1. A licitante, adjudicatária ou CONTRATADA que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o CRECI/BA pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAFI.

4.21.2. A multa, eventualmente imposta à CONTRATADA, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do CRECI/BA, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao setor jurídico competente para que a Administração proceda à cobrança judicial.

4.21.3. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da

sanção aplicada com base na legislação vigente.

4.21.4. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da CONTRATADA, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

4.21.5. São exemplos de infrações administrativas penalizáveis, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) Apresentação de documentação falsa;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal; e,
- e) Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

4.21.6. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

4.21.7. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

4.21.8. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

4.21.9. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

4.21.10. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

4.21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

4.21.12. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.21.13. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

5. ESTIMATIVA DE CUSTO:

5.1. O custo estimado da contratação será:

- a) **R\$ 15.178,05** (Quinze mil, cento e setenta e oito reais e cinco centavos)
- b) Os recursos financeiros a serem utilizados são de Fonte de Recursos próprio do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 9ª Região – Bahia – CRECI/BA, com base na rubrica **6.3.1.3.04.01.023** - Seguros de Bens Móveis.
- c) Os respectivos valores máximos foram apurados mediante o valor do órgão por nenhuma empresa do ramo/pesquisas de preço em de compras do governo federal ou não terem acudido a solicitação de orçamento do órgão.

6. ENCARGOS DAS PARTES:

6.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1.1. A Contratada, além da execução do serviço definido neste documento, e de todos os serviços necessários para a sua perfeita execução, sem prejuízo de todas as obrigações inerentes ao serviço definidas neste Termo de Referência, obriga-se a:

- a) Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente Edital e Termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;
- b) Atender prontamente as solicitações da CONTRATANTE acerca dos serviços contratados e fornecer os esclarecimentos que forem necessários;
- c) Executar os serviços contratados seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto do contrato, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;
- d) Orientar o CONTRATANTE quanto a melhores práticas aplicáveis à execução do serviço;
- e) É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, sendo autorizada a subcontratação parcial quando e se houver a prévia anuência da Administração;
- f) Executar os serviços conforme o estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades da CONTRATANTE, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- g) Apresentar sugestões que proporcionem maior qualidade na prestação dos serviços, potencializando melhor atendimento à finalidade da contratação, sendo o acatamento da responsabilidade da CONTRATANTE;
- h) Reparar, corrigir, remover ou substituir as parcelas executadas, no total ou em parte, objeto do Contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço;
- i) A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscali-

Trabalho e Fiscalização Segurança para Sociedade

zação, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;

- j) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, como tributos, pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas;
- k) Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pela Administração;
- l) Comunicar à Administração do, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- m) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Instrumento Convocatório;
- n) Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.2.1. A Administração obriga-se a:

- a) Emitir as convocações, as ordens formais de fornecimento/execução, as Notas de Empenho e o Termo de Contrato relativo ao objeto da licitação;
- b) Supervisionar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, objeto deste contrato, podendo recusar os que estejam em desacordo com a legislação em vigor e normas descritas;
- c) Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento/execução do objeto;
- d) Notificar a CONTRATADA por escrito de eventual irregularidade e da aplicação de multas previstas neste Edital;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto desta licitação;
- f) Rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento/execução em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, e com as especificações deste Edital;
- g) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações, dispensando o bom atendimento e cortesia aos seus profissionais (preposto) ou por este especialmente indicado para o desempenho das tarefas necessárias ao bom desenvolvimento dos serviços dentro das normas e condições deste termo, oferecendo todos os meios necessários ao fornecimento dos serviços;
- h) Cumprir com todos os prazos e realizar os pagamentos dos serviços aprovados, na forma estabelecida neste instrumento contratual;
- i) Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento/execução do objeto, à Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

j) As alterações que por ventura se fizerem necessárias ao fiel cumprimento do contrato oriundo do presente instrumento, deverão ser objeto de prévia justificativa por parte da CONTRATANTE, acerca da necessidade, utilidade e importância do bem/serviço a ser adquirido.

7. VIGÊNCIA E PRAZO:

7.1. O prazo de vigência da apólice será de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento pela Contratada da nota de empenho ou documento de igual valor.

7.2. O prazo do contrato de seguro será de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da zero hora da data de sua assinatura, com a emissão da apólice retroagindo sua data a da assinatura do contrato, podendo o mesmo ser renovado por iguais e sucessíveis períodos, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

8. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

8.1. Dentro da validade da aquisição, o fornecedor registrado poderá ser convocado para retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

8.2. Previamente à contratação, será realizada consulta ao SICAF, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

8.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pelo CRECI/BA

8.5. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, cujos resultados serão anexados aos autos.

8.5.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Termo, no edital e ainda nos anexos.

8.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro participante, desde que respeitada à ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

9. DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES:

6.1. A presente contratação observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada. Sendo formalizada mediante autorização de Fornecimento conforme disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, e obedecidos os requisitos mínimos.

Trabalho e Fiscalização Segurança para Sociedade

6.2. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões contratuais que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

6.4. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

7 DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento à Contratada será feito no **prazo de até 20 (vinte) dias, após recebimento da APÓLICES DE SEGURO**, em pagamento único, juntamente com a apresentação das Boletas/Nota Fiscal/Fatura certificada pelo Gestor do Contrato, desde que os serviços executados estejam em conformidade com as exigências contidas neste instrumento e não haja impeditivo imputável ao fornecedor vencedor;

7.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter o detalhamento dos serviços fornecidos, conforme disposto no art. 73 da Lei nº 8.666/1993 e vir acompanhada obrigatoriamente dos seguintes documentos:

7.2.1. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conjunta com a certidão negativa de Débito com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

7.2.2. Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

7.2.4. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;

7.2.5. Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal.

7.3. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à empresa para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o **CRECI/BA**.

7.4. A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa suspenda qualquer prestação de serviços;

7.5. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.6. Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

7.7. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum

compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas na sede do **CRECI/BA**.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade;

7.9. Caberá à CONTRATADA arcar com os tributos, contribuições sociais e demais encargos que incidem ou que venham a incidir sobre o valor da Nota Fiscal, de acordo com o estabelecido na legislação tributária Federal, Estadual e Municipal;

7.10. Constatando a CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na execução do CONTRATO de prestação de serviços a CONTRATADA efetuará a suspensão do pagamento até a regularização;

7.11. A CONTRATADA terá o prazo máximo de **10 (dez) dias**, contados a partir da apresentação da reclamação, para efetuar as devidas apurações, e comunicar a CONTRATANTE o resultado com as fundamentações devidas. Decorrido o prazo e não havendo manifestação da CONTRATADA, a reclamação será presumida procedente;

7.12. Na fatura deverá ser discriminado em forma clara e objetiva, indicando além dos campos obrigatórios de uma fatura, valor total, banco para depósito, agência e conta corrente;

7.13. O perfil indicado, no entanto, não constitui qualquer compromisso futuro para com a contratada em função de atingir qualquer meta.

7.14. Em cumprimento às disposições legais vigentes, o CRECI **efetuará retenção na fonte** do Imposto Sobre Serviço – **ISS**, quando for o caso, Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – **IRPJ**, bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – **CSLL**, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – **CONFINS** e a contribuição para o **PIS/PASEP**, sobre os pagamentos que efetuar a Pessoas Jurídicas em razão do fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observados os procedimentos pertinentes, exceto para as empresas optantes do “SIMPLES”, imunes ou isentos quando, por ocasião da apresentação da Nota Fiscal, comprovarem a referida condição mediante documento oficial fornecido pela Delegacia da Receita Federal, extraído do CNPJ.

ANEXO II – MODELO DECLARAÇÃO DE VISTORIA

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaramos, para fins de participação no Pregão nº 002/2021, que a empresa _____, inscrita no CNPJ _____ sob o nº _____, sediada na _____, representada pelo Sr (a). _____ portador da Carteira de Identidade nº _____/SSP-_____, vistoriou os veículos para os quais serão prestados os serviços de SEGURO NA MODALIDADE TOTAL, e constatamos que os mesmos atendem as condições de seguro automotivo e estão de acordo com as condições estabelecidas no item 4.5.1 do Termo de Referência.

Salvador, _____ de _____ de 2021

SERVIDOR DO CRECI/BA

DECLARAÇÃO DO LICITANTE

Declaro que me foram apresentados todos e detalhes necessários para a elaboração da proposta comercial, tendo sido fornecidas as informações e esclarecimentos inerentes a esta vistoria, por mim solicitados.

Salvador, _____ de _____ de 2021.

REPRESENTANTE DA LICITANTE

Trabalho e Fiscalização Segurança para Sociedade

Avenida Dom João VI, 289 – Brotas – CEP: 40.290-000 – Salvador/BA
Tel.: (71) 3444-1484 / 1490 – compras@creciba.gov.br – www.creciba.gov.br

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº /, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 9ª REGIÃO BA E A EMPRESA

O Conselho Regional de Corretores de Imóveis 9ª Região BA, com sede na Av. Dom João VI, 289, Brotas, na cidade de Salvador - BA, inscrito no CNPJ sob o nº 15.245.848/0001-58, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Samuel Arthur Prado, inscrito no CPF nº....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na em neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº doravante designada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo de Compras nº 007/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, e demais normas pertinentes, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 002/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Termo de Contrato a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro de automóveis, através de emissão de apólice de **SEGURO TOTAL AUTOMOTIVO**, com assistência técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana em todo o território Nacional, devidamente registrada nos órgãos fiscalizadores, contra roubo, furto e incêndio, na modalidade **frota de veículos oficiais pertencentes ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis 9ª Região/BA**, cujo fornecimento deve ser conforme descrito no TERMO DE REFERENCIA, parte integrante deste Contrato.

1.2. Para efeitos deste objeto, observar-se-ão todas as disposições descritas no Edital e seus anexos.

1.3. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora.

1.4. DAS APÓLICES:

1.4.1. Utilizará como referência os **Itens 4.2 ao 4.20** do Termo de Referência.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

Trabalho e Fiscalização Segurança para Sociedade

Avenida Dom João VI, 289 – Brotas – CEP: 40.290-000 – Salvador/BA
Tel.: (71) 3444-1484 / 1490 – compras@creciba.gov.br – www.creciba.gov.br

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com prazo mínimo de 12 meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite legal.

2.1.1. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de Termo Aditivo.

2.3. O prazo de vigência poderá prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93, limitando-se a 60 (sessenta) meses.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor deste contrato é de R\$ _____ ().

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos financeiros a serem utilizados são de Fonte de Recursos próprio do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 9ª Região – Bahia – CRECI/BA, com base na rubrica **6.3.1.3.04.01.023** - Seguros de Bens Móveis.

5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado com base no Item 7 do Termo de Referência, ou seja, será feito no **prazo de até 20 (vinte) dias, após recebimento da APÓLICES DE SEGURO**, em pagamento único, juntamente com a apresentação das Boletas/Nota Fiscal/Fatura certificada pelo funcionário Designado.

6 CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

6.1. CONTRATADA:

6.1.1. A Contratada, além da entrega das apólices, obriga-se a todas as obrigações definidas no **Item 6.1** do Termo de Referência.

6.2. CONTRATANTE:

6.2.1. A Administração obriga-se as determinações previstas no **Item 6.2** do Termo de Referência.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

7.1. Utilizar-se-á como referência para infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, **Item 4.21** do Termo de Referência.

Trabalho e Fiscalização Segurança para Sociedade

7.2. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

7.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

7.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

8 CLÁUSULA NONA – VEDAÇÕES:

8.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

9 CLÁUSULA DECIMA – ALTERAÇÕES:

9.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

10 CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

10.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

11 CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – CASOS OMISSOS

11.1. A execução deste contrato, bem assim os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei nº 8.666/93

12 CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, em Salvador-BA, Seção Judiciária do Estado da Ba-

Trabalho e Fiscalização Segurança para Sociedade

hia, como competente para apreciar e dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato será lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Salvador-BA, _____ de _____ de 2021.

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

ANEXO IV - RELAÇÃO DOS VEÍCULOS

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS									
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COR	PLACA	ANO: Mod./Fab.	COMBUSTÍVEL	CHASSI	SEGURADORA ATUAL	VIGÊNCIA	CLASSE DE BÔNUS / CI
1	RENOULT SANDERO AUTHENTIQUE 1.0 12V FLEX Ano/Modelo: 2017/2018, Ar Cond. e Trava Elét., Dir. Hid., 4 Portas, Flex, c/ rastreador instalado. Renavam: 1130241359	BRANCA	PKQ-2864	2017/2018	GASOLINA /ÁLCOOL	93Y5SRF84JJ9 98679	PORTO SEGURO	28/03/2021	0/58.820.255.419 .80-4
2	RENOULT SANDERO AUTHENTIQUE 1.0 12V FLEX Ano/Modelo: 2017/2018, Ar Cond. e Trava Elét., Dir. Hid., 4 Portas, Flex, c/ rastreador instalado. Renavam: 1130239028	BRANCA	PKQ-4323	2017/2018	GASOLINA /ÁLCOOL	93Y5SRF84JJ9 98706	PORTO SEGURO	28/03/2021	0/58.820.255.419 .83-9
3	RENOULT SANDERO AUTHENTIQUE 1.0 12V FLEX Ano/Modelo: 2017/2018, Ar Cond. e Trava Elét., Dir. Hid., 4 Portas, Flex, c/ rastreador instalado. Renavam: 1130243769	BRANCA	PKQ-7126	2017/2018	GASOLINA /ÁLCOOL	93Y5SRF84JJ9 98697	PORTO SEGURO	28/03/2021	0/58.820.255.419 .81-2

Trabalho e Fiscalização Segurança para Sociedade

Avenida Dom João VI, 289 – Brotas – CEP: 40.296-000 – Salvador/BA
Tel.: (71) 3444-1484 / 1490 – compras@creciba.gov.br – www.creciba.gov.br



ANEXO IV - RELAÇÃO DOS VEÍCULOS

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS									
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COR	PLACA	ANO: Mod./Fab.	COMBUSTÍVEL	CHASSI	SEGURADORA ATUAL	VIGÊNCIA	CLASSE DE BÔNUS / CI
4	RENOULT SANDERO AUTHENTIQUE 1.0 12V FLEX Ano/Modelo: 2017/2018, Ar Cond. e Trava Elét., Dir. Hid., 4 Portas, Flex, c/ rastreador instalado. Renavam: 1130247608	BRANCA	PKQ-8523	2017/2018	GASOLINA /ÁLCOOL	93Y5SRF84JJ9 98662	PORTO SEGURO	28/03/2021	0/58.820.255.4 19.82-0
5	RENOULT SANDERO AUTHENTIQUE 1.0 12V FLEX Ano/Modelo: 2017/2018, Ar Cond. e Trava Elét., Dir. Hid., 4 Portas, Flex, c/ rastreador instalado. Renavam: 1130245648	BRANCA	PKQ-9508	2017/2018	GASOLINA /ÁLCOOL	93Y5SRF84JJ9 98655	PORTO SEGURO	28/03/2021	0/58.820.255.4 19.85-5
6	RENOULT SANDERO AUTHENTIQUE 1.0 12V FLEX Ano/Modelo: 2017/2018, Ar Cond. e Trava Elét., Dir. Hid., 4 Portas, Flex, c/ rastreador instalado. Renavam: 1130242630	BRANCA	PKQ-7132	2017/2018	GASOLINA /ÁLCOOL	93Y5SRF84JJ99 8767	PORTO SEGURO	28/03/2021	0/58.820.255.4 19.79-0

Trabalho e Fiscalização Segurança para Sociedade

Avenida Dom João VI, 289 – Brotas – CEP: 40.296-000 – Salvador/BA
Tel.: (71) 3444-1484 / 1490 – compras@creciba.gov.br – www.creciba.gov.br



ANEXO IV - RELAÇÃO DOS VEÍCULOS

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS									
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	COR	PLACA	ANO: Mod./Fab.	COMBUSTÍVEL	CHASSI	SEGURADORA ATUAL	VIGÊNCIA	CLASSE DE BÔNUS / CI
7	RENOULT SANDERO AUTHENTIQUE 1.0 12V FLEX Ano/Modelo: 2017/2018, Ar Cond. e Trava Elét., Dir. Hid., 4 Portas, Flex, c/ rastreador instalado. Renavam: 1130249449	BRANCA	PKQ-8648	2017/2018	GASOLINA /ÁLCOOL	93Y5SRF84JJ99 8637	PORTO SEGURO	28/03/2021	0/58.820.255.4 19.86-3
8	RENOULT SANDERO AUTHENTIQUE 1.0 12V FLEX Ano/Modelo: 2017/2018, Ar Cond. e Trava Elét., Dir. Hid., 4 Portas, Flex, c/ rastreador instalado. Renavam: 1130244544	BRANCA	PKQ-2899	2017/2018	GASOLINA /ÁLCOOL	93Y5SRF84JJ86 9304	PORTO SEGURO	28/03/2021	0/58.820.255.4 19.84-7
9	GM NOVO CRUZE SEDAN 1.4 LT TURBO FLEX Ano/Modelo: 2019/2019 Ar Cond., Vidro e Trava Elét., Dir. Elétrica, 4 Portas, Flex, Renavam: 1218183001	BRANCA	QWT-6I36	2019/2019	GASOLINA /ÁLCOOL	8AGBB69S0KR 125416	PORTO SEGURO	28/03/2021	0/58.820.255.4 19.87-1

Trabalho e Fiscalização Segurança para Sociedade

Avenida Dom João VI, 289 – Brotas – CEP: 40.296-000 – Salvador/BA
Tel.: (71) 3444-1484 / 1490 – compras@creciba.gov.br – www.creciba.gov.br



ANEXO V - VALOR DE COBERTURA E VALOR ESTIMADO

Nº	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	QT.	CLASSE BÔNUS	COLISÃO, INCÊNDIO, ROUBO E FURTO	CASCO	RCF			APP		VALOR ESTIMADO UNITÁRIO (R\$)	VALOR ESTIMADO TOTAL (R\$)
						Danos Materiais (R\$)	Danos Pessoais (R\$)	Danos Morais /Estéticos	Morte (R\$)	Invalidez (R\$)		
01	RENOULT SANDERO AUTHENTIQUE 1.0 12V FLEX Ano/Modelo: 2017/2018, Ar Cond. e Trava Elét., Dir. Hid., 4 Portas, Flex, c/ rastreador instalado.	08	0	100.00% do valor do veículo referência	100% da Tabela FIPE	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		
02	GM NOVO CRUZE SEDAN 1.4 LT TURBO FLEX Ano/Modelo: 2019/2019 Ar Cond., Vidro e Trava Elét., Dir. Elétrica, 4 Portas, Flex,	01	0	100.00% do valor do veículo referência	100% da Tabela FIPE	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00		
VALOR ESTIMADO TOTAL DO LOTE R\$												

Trabalho e Fiscalização Segurança para Sociedade

Avenida Dom João VI, 289 – Brotas – CEP: 40.290-000 – Salvador/BA
Tel.: (71) 3444-1484 / 1490 – compras@creciba.gov.br – www.creciba.gov.br

